



O MARTELO DE NIETZSCHE VII (ARTIGO DE GUSTAVO PIRES, 119)

ESPAÇO UNIVERSIDADE 19-06-2020 14:31

Por Gustavo Pires

1. JM Constantino, o presidente do Comité Olímpico de Portugal (COP), num artigo publicado no jornal Público (2020-06-13) afirmou que "... o problema político do desporto é cultural, transversal às diferentes representações políticas não obedece às tradicionais categorias da política". Esta afirmação, ao estilo do "fim da história" de Fukuyama, faz parte do já habitual e recorrente discurso da neutralidade política do desporto desenvolvido, regra geral, por pessoas sem formação na matéria que encontram nela os argumentos das suas fragilidades epistemológicas. Trata-se de uma afirmação que se nega a si própria na medida em que negar o valor político do desporto constitui, só por si, uma ideologia política. Basta considerar autores como Hoberman, Clayes, Brohm, Bouet, McIntosh, Andreff, Jeu, Meynaud, Lamartine entre outros, ou os portugueses Noronha Feio, Melo de Carvalho, Jorge Crespo, João Boaventura, Maria José Carvalho, Rui Baptista, Manuel Sérgio, Elsa Pereira, José Pedro Sarmiento, João Marreiros entre outros, bem como os trabalhos produzidos no âmbito do Conselho da Europa profusamente divulgados em Portugal, para se perceber o valor político do desporto. Como se as perspetivas sociais fascistas de esquerda e de direita de organizar politicamente o desporto fossem iguais às perspetivas liberais democratas de o fazer. Como se as políticas públicas em matéria de Desporto na Finlândia que ganhou uma medalha nos JO do Rio (2016) fossem iguais às políticas públicas desenvolvidas em Portugal que também só ganhou uma medalha nos JO do Rio (2016). É evidente que o desporto é cultura, mas a política antecede-a. São os princípios e os valores que decorrem e se organizam na

política que determinam a cultura desportiva de um país. Entre um regime político que tem como objetivo colocar o corpo dos cidadãos ao serviço da pátria e um sistema desportivo em que o objetivo é colocar o desporto ao serviço da qualidade de vida dos cidadãos existe muita ideologia a considerar. Quer dizer, é a partir das políticas públicas que se desencadeia cultura. E se em Portugal não existe cultura desportiva é porque não existem políticas públicas dignas desse nome. Como referia Vítor Serpa “a política desportiva do governo... é bola” (Cf. A Bola 2017-09-16) que é como quem diz é zero. Ora, se a política desportiva é zero a cultura desportiva é zero. E assistimos ao Primeiro-ministro de um País, em plena pandemia, a agradecer os profissionais de saúde com a realização da Champions League em Portugal. Ao cabo de mais de cinquenta anos em que, com todo o empenho, procurei servir o desporto até as lágrimas me vieram aos olhos.

2. Recordo ao presidente do COP Albert Camus o filósofo do futebol que, para além do futebol tinha uma enorme paixão pelo desporto. Esta paixão começou na sua juventude ao tempo em que era guarda redes da equipa do seu clube de sempre o RUA (Racing Universitaire d'Alger). Note-se que, nos países africanos, este género de clubes foram autênticos baluartes pedagógicos nas lutas pelas independências. Desde os velhos gimnasiarcas a Pierre de Coubertin as atividades físicas e o desporto sempre estiveram envolvidas nas questões de ordem política. Tal como em Portugal o SL e Benfica e outros clubes foram escolas de democracia ao tempo em que a democracia não funcionava. Em 1957, depois de ter ganhado o prémio Nobel da Literatura, o desportivo France Football solicitou a Camus um texto a fim de ser publicado nas páginas do jornal. E Camus enviou ao jornal um texto que já havia publicado no número de Abril de 1953 na revista do RUA que viria a ser reproduzido na edição nº 613 de 17 de Dezembro de 1957 do France Football. Passo a citar: “...depois de muitos anos em que o mundo me ofereceu muitos espetáculos, o que finalmente sei sobre a moral e as obrigações dos homens, é ao desporto que devo ...”. Ora, quando uma atividade humana, só por si, desencadeia sentimentos ético-morais que depois se traduzem nos comportamentos da vida de todos os dias significa que ela tem um potencial educativo, social e cultural que deve ser considerado nas opções em matéria de políticas públicas. Lamento que um presidente de um Comité Olímpico Nacional não compreenda ou não queira compreender, nas diversas perspetivas ideológicas, o potencial político do desporto que pode e deve ser catalisado pelos ideais olímpicos. Porque, as virtualidades ético-morais do desporto não nascem de geração espontânea. Decorrem não só das políticas públicas desencadeadas pelo ideário dos governos bem como do credo que determina a identidade das organizações do livre associativismo e do grau de liberdade que a tutela política lhes concede para o desenvolverem.

3. O problema é que, hoje, se quisermos encontrar moral e dever no desporto por esse mundo fora, temos de descer à base dos sistemas desportivos onde o desporto ainda acontece de baliza às costas e um amor profundo ao emblema. O que hoje se vê no vértice estratégico do mundo do desporto, salvo algumas honrosas exceções, já nada tem a ver nem com a moral nem com o sentido de dever dos homens acerca do qual Camus escrevia. Nos tempos que correm, o desporto, com uma roupagem pseudo-democrática vive sob o regime da Lei de Ferro da Oligarquia que dele se serve para seu próprio

benefício e proveito. Por isso, a dimensão política do desporto cada vez é mais um tema fulcral nas sociedades e os Comitês Olímpicos Nacionais deviam ser as primeiras entidades a assumi-lo.

4. O problema é que são poucos os dirigentes desportivos da cúpula do desporto que não se consideram a si próprios como deuses do Olimpo pelo que se mantêm, anos a fio, agarrados ao poder sem qualquer pudor. E aí daqueles que ousarem questioná-los. Tristes figuras fazem-nos lembrar as palavras de Friedrich Nietzsche acerca de Milcíades tomado pelo mal de húbris após a grande vitória que foi a batalha de Maratona: "... tal como Milcíades perece, também os mais nobres Estados gregos sucumbiram, quando, por mérito e sorte, trocaram a pista de corridas pelo templo da Vitória". Ora, um desporto em que as eleições nas mais diversas organizações são disputadas por uma única lista porque existe quem se sinta no direito de, anos a fio, açambarcar o poder e aqueles que o deviam disputar não se atrevem a fazê-lo, é um desporto que, por ausência de políticas públicas que obriguem os seus dirigentes a respeitarem a lei sagrada da competição é um sistema que vive sem qualquer futuro.

5. Se existe aspeto que, claramente, decorre da Carta Olímpica é o de que as políticas públicas em matéria de desporto devem começar na educação desportiva promotora dos valores da competição justa, nobre e leal. Nietzsche, a este respeito, glosava os efésios quando estes proclamavam: "Entre nós, ninguém se deve considerar o melhor; se alguém, no entanto, se considerar, que o seja noutro lado e entre outra gente". E qual a razão para que ninguém se pudesse considerar o melhor? "É que, se tal ocorresse, a competição esmoreceria e com isso ficava ameaçada a permanente razão de ser do Estado helénico". Quer dizer, estava posta de lado qualquer usurpação do poder. E quando tal acontecia funcionava o princípio do ostracismo e o usurpador era simplesmente afastado sempre que se tornava evidente que utilizava "meios perniciosos e destrutivos e de perigosos golpes de Estado".

6. Temos um desporto que vive à custa do dinheiro dos contribuintes. Todavia, o Estado não controla com critérios rígidos de independência e competência aquelas entidades que não cumprem o princípio da alternância democrática servindo-se de figuras como a de testas de ferro para, na maior das legalidades (!), se manterem agarrados ao poder. E a pergunta é: Este tipo de situações podia acontecer em Inglaterra, na Noruega, na Suécia, na Dinamarca ou na Finlândia? Claro que não porque aí funciona o princípio do ostracismo determinado, não por imposição burocrática, mas por razões de pudor social porque desporto é política. O que hoje está a acontecer em algumas organizações desportivas é uma vergonha política.

7. A consequência mais desastrosa de se considerar que "o problema político do desporto é cultural" é a da promoção de uma cultura de mediocridade em que os sistemas de monitorização e controlo deixam de existir uma vez que não se admitem alternativas políticas. Em resultado, nunca ninguém é avaliado. O exemplo mais flagrante é a institucionalização do Programa de Preparação Olímpica em 2005 (DR - II Série Nº 70 - 11 de Abril de 2005), onde se previam 5 (cinco) medalhas olímpicas para os Jogos de Pequim (2008). Desde então, do ponto de vista organizacional, o sistema vive com duas

pesadas burocracias que se repetem uma à outra e à conta do dinheiro dos contribuintes. E ao cabo de doze anos a Missão Olímpica conseguiu uma medalha no Rio (2016) quando, pelas expectativas criadas em 2005 era legítimo esperar-se, pelo menos, oito ou nove.

8. Entretanto, Portugal apresenta as mais baixas taxas de participação desportiva da União Europeia com valores de descarte na passagem de iniciados para juniores a ultrapassarem em algumas modalidades os 96%. Tenho para mim que as decisões de 2005 foram desencadeadas sem a mínima base de sustentação cultural, todavia só aconteceram devido a uma confrangedora ausência de ideologia política em matéria de desporto que as nomenclaturas, ao cabo de 15 anos de insucessos, ainda não ousaram submetê-las a uma avaliação externa e independente.

9. Recordo ao presidente do COP o 6º princípio do Olimpismo que diz o seguinte: “ Toda e qualquer forma de discriminação relativamente a um país ou a uma pessoa com base na raça, religião, política, sexo ou outra é incompatível com a pertença ao Movimento”. Hoje, é por demais sabido que os países valem pelas suas pessoas bem como pelas instituições que elas são capazes de organizar. São elas que preservam os valores que determinam a vida das comunidades. Reduzir o desporto a uma questão cultural assim como que uma espécie de opinião pessoal cujo conteúdo não passa de superficialidades que só servem para camuflar o atrevimento da ignorância é destruir a força política do desporto nas suas dimensões educativa, social e cultural enquanto instrumento de superior valia ao serviço das populações. É transformá-lo num instrumento que só serve, como se está a constatar nestes meses de chumbo, para ludibriar os patetas.

10. Recorro, novamente, a Albert Camus quando, em 1956, no livro “La Chute” escreveu uma das frases que pela sua ingenuidade melhor caracteriza aquilo que o desporto é para a grande maioria dos seus apaniguados: “... as partidas de domingo, num estádio cheio a rebentar e o teatro, que amei com uma paixão sem paralelo, são os únicos lugares do mundo onde me sinto inocente”. E esta é a questão que os dirigentes, quer eles sejam políticos quer desportivos, no interior das suas carapaças burocráticas e desumanizadas, têm a obrigação de ser capazes de compreender. Os homens e as mulheres, ricos ou pobres, fortes ou fracos, religiosos, agnósticos ou ateus, tenham as convicções políticas que tiverem, da infância à velhice, devem poder encontrar no desporto um espaço de alegria e de liberdade onde podem recorrentemente voltar a sentir-se inocentes. E esta é a primeira missão político ideológica de uma organização como um Comité Olímpico Nacional. Ainda não chegámos ao fim da história nem é desejável que algum dia isso possa vir a acontecer. Ignorar a dimensão política do desporto é reduzi-lo à sua dimensão biológica e transformar os praticantes em simples máquinas de obtenção de marcas desportivas ao serviço da glória das oligarquias reinantes.

Gustavo Pires é professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana